

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E DINÂMICA URBANA
NOS “PERGAMINHOS AVULSOS”
DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA *

JOAQUIM BASTOS SERRA **

Nota Prévia

A Biblioteca Pública de Évora (BPE), fundada por Frei Manuel do Cenáculo, e que no presente ano de 2005 comemora o seu bicentenário, possui, como é sabido, um importantíssimo espólio documental, de diferentes origens e épocas, o que lhe confere um lugar de destaque no panorama das bibliotecas e arquivos portugueses, relevando-se os seus conjuntos documentais incontornáveis para muitos estudiosos das áreas da História, da Literatura ou da Cartografia, por exemplo.

Entre o seu espólio, conta-se também um vasto conjunto de documentos do período medieval – que agora mais nos importa – distribuído, basicamente, pelos fundos dos diversos conventos e pelas colecções de códices. Uma documentação historiograficamente importante, que em boa medida só parcialmente se encontra classificada e estudada, mas que nos últimos anos, graças ao avanço da investigação na áreas das Ciências Humanas e Sociais e à multiplicação de projectos científicos, alguns dos quais levados a cabo pela Universidade de Évora, tem vindo a ser melhor conhecida e mais amplamente divulgada.

Um dos Projectos de investigação que se mostrou relevante na inventariação, estudo e divulgação de fontes foi desenvolvido pelo CIDEHUS/UE (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora), e contou com uma ampla equipa de investigadores. Sob a designação de “Elites e

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na própria Biblioteca Pública de Évora, em Novembro de 2003, no âmbito das *Conferências de Cenáculo*, um ciclo de conferências genericamente intitulado “Fontes da Biblioteca de Évora para a Historiografia Portuguesa”, patrocinado pela BPE, pelo Cidehus/ue e pela Câmara Municipal de Évora, que tinha como propósito principal a divulgação do vasto espólio documental da ilustre instituição eborense.

** Investigador do CIDEHUS/UE.

redes clientelares na Idade Média. Uma observação centrada em Évora”, este projecto procurava, em termos gerais, conhecer as elites dirigentes e os grupos dominantes, na área em estudo, assentando, para isso, no levantamento sistemático da documentação relativa a Évora, existente em diversos arquivos portugueses ¹. A investigação sobre as elites passou também, inevitavelmente, pelo levantamento da documentação medieval da BPE, em especial pelas colecções que permaneciam, ainda, pouco exploradas pelos investigadores. Era o caso de um conjunto de pergaminhos, aí depositados, oriundos de diversas instituições religiosas, mas que não se encontravam integrados em nenhum dos fundos ².

Enquanto colaborador do projecto, coube-me, precisamente, o levantamento dessa colecção de pergaminhos, cuja dimensão e importância apenas se perspectivava, desconhecendo-se, em concreto, o seu número, origem e características. Apesar da multiplicação de estudos sobre a cidade que se verificou nos últimos anos, a documentação em causa, na sua quase totalidade constituída por pergaminhos dos séculos XIV e XV, continuava praticamente inédita e por estudar, tendo sido apenas pontualmente utilizada em alguns trabalhos académicos ³. A inexistência de instrumentos de pesquisa ⁴ e a forma, mais ou menos aleatória, como se encontra (des)organizada são factores que, obviamente, não têm favorecido o seu aproveitamento historiográfico.

O contacto com os Pergaminhos da BPE acabou por revelar-se surpreendente, deparando-se a equipa de investigadores com uma colecção numerosa e de grande relevância, não apenas para o estudo das elites locais, objectivo primacial do seu levantamento, mas de um modo geral para o conhecimento de Évora e da sua região, durante os tempos medievos.

¹ Sobre este projecto e, mais, particularmente, sobre os problemas metodológicos em torno do estudo das elites medievais, veja-se, Filipe Themudo Barata (ed), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média, Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri/Cidehus-ue, 2001.

² A inclusão desta colecção no rol de fontes para o estudo das “elites e redes clientelares”, deve-se, em boa medida, ao coordenador do projecto, o Professor Doutor Filipe Themudo Barata, que tendo tomado consciência da qualidade e da relevância dos pergaminhos da BPE foi um dos principais promotores do seu levantamento e estudo.

³ É, por exemplo, o caso de Hermínia Vasconcelos Vilar, que utilizou informações aqui recolhidas na sua dissertação de Doutoramento sobre a Diocese de Évora na Idade Média, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

⁴ Luís da Silveira, antigo director da BPE, publicou, nos anos quarenta do século passado, um pequeno opúsculo sobre os pergaminhos pertencentes à Colegiada de S. Pedro de Évora. Um trabalho de alguma utilidade, que inclui pequenos sumários, mas que se reporta, apenas, a uma pequeníssima parte do conjunto documental. Cf., Luís da Silveira, *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro*, Évora, Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Évora, 1941.

O presente texto procura traçar o perfil da colecção, assim contribuindo para a sua divulgação. Face à diversidade documental e à variedade de informes que nela podem ser recolhidos, optou-se, também, por trazer à colação determinados conteúdos que nos parecem passíveis de desenvolvimento a partir deste espólio. Trata-se, obviamente, de uma elencação de temáticas algo aleatória, que pretende, sobretudo, ilustrar a riqueza e a relevância que esta documentação pode assumir, em especial, para os estudos de História Urbana Medieval.

1. “Pergaminhos Avulsos” da BPE: uma colecção numerosa e diversificada

Desconhece-se em absoluto a história destes pergaminhos na BPE. Tanto quanto julgamos, terão entrado na insigne instituição eborense conjuntamente com os restantes fundos, originários das igrejas e conventos, aquando da extinção das Ordens religiosas, mas por facilidade de arrumação, ou por outro motivo desconhecido, foram separados dos espólios, a que inicialmente terão pertencido, e arrumados, de um forma *sui generis*, em função da sua própria dimensão, em pastas: pequenas, médias e grandes.

Algumas das pastas agregam, maioritariamente, documentos oriundos de uma mesma instituição, como é, por exemplo, o caso das pastas pertencentes ao Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro ⁵, a S. Bento de Cástris ⁶, a S. Domingos e S. Francisco de Évora ⁷ e das relativas à Igreja de Santiago ⁸. A maioria das pastas é, no entanto, uma miscelânea de pergaminhos de diversos institutos, referenciada apenas pelo número de exemplares que contêm ⁹.

Ao todo integram a colecção 25 pastas ¹⁰, com um total de cerca de 2300 peças, maioritariamente em pergaminho, constando também alguns documentos em papel, mas que, no todo, correspondem a menos de duas centenas.

⁵ Pasta Um.

⁶ Pastas Quatro, Cinco e Vinte e Cinco.

⁷ Pasta Dois.

⁸ Pastas Nove e Vinte e Quatro.

⁹ Por exemplo, Pasta de 18 Pergaminhos, de 22 Pergaminhos, de 41 Pergaminhos, de 70 Pergaminhos, de 98 pergaminhos, etc.

¹⁰ Vd, Quadro 1 em anexo.

Quando este texto se encontrava praticamente concluído, deparei-me, fortuitamente, a propósito de um outro inventário que me encontro a realizar, com mais um maço de pergaminhos, não integrado em nenhum dos fundos ou colecções, a que alguém em data incerta colocou a designação algo prosaica de “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”. Trata-se de um conjunto de 41 pergaminhos, também, dos séculos XIV, XV e XVI, na sua maioria contratos relativos à propriedade, mas onde se contam também algumas sentenças e testamentos. Nove desses documentos são do Convento de S. Domingos de Évora, um é relativo ao Convento de Santa Clara de Santarém, os restantes são contratos entre particulares. Por que se trata, na verdade, de “pergaminhos Avulsos”, sugeri aos

No interior de algumas das pastas foi tentada uma organização das peças documentais por ordem cronológica, mas isso nem sempre foi conseguido, quer por leitura deficiente, quer pela utilização indistinta de Ano de Cristo e Era de César. Em outras pastas, a numeração foi colocada sem critério, existindo mesmo algumas em que os documentos se encontravam simplesmente amontoados, sem qualquer numeração ou qualquer outra referência ¹¹. Estamos, pois, face a uma colecção sem grande tratamento arquivístico, com uma organização, em boa medida, aleatória.

Há que referir que uma das pastas, em concreto a número Dezanove, não contém propriamente pergaminhos avulsos, mas corresponde a um Caderno de 40 fólios, relativos a bens imobiliários da Igreja de Santiago de Évora. Em outras pastas constam também pequenos cadernos, com anotações diversas sobre a propriedade imobiliária ¹². É também comum encontrarem-se pergaminhos cosidos uns aos outros, agrupados, por exemplo, em função de uma determinada capela, como as de Rodrigo de Airas ¹³ ou de João Touregão ¹⁴, ou de um dado processo judicial. Nestes casos, tratam-se, na realidade, de peças distintas, devendo ser contabilizadas individualmente. Daí que em algumas pastas o número de peças que efectivamente existe seja superior ao indicado na primitiva designação da pasta.

Ao constatarmos o bom estado de conservação dos documentos, temos que reconhecer que o principal material-suporte da escrita do homem medieval, o pergaminho, era, de facto, de grande resistência e durabilidade. Razões tinham os clérigos de algumas destas instituições que até tarde, mesmo depois da relativa vulgarização do papel, continuavam a preferir o pergaminho, solicitando, por vezes, junto dos tabeliães, a cópia de documentos que tinham em papel para aquele suporte. De facto, os documentos que chegaram até nós, encontram-se, na grande maioria dos casos, em boas condições. A percentagem de peças em mau estado de

responsáveis da BPE, que o maço em causa passasse a integrar esta colecção, que contaria, assim, com 26 pastas.

¹¹ Se alguns documentos não têm qualquer referência, em outros a numeração, de várias épocas e efectuadas por diferentes escrivães, sobrepõe-se. No sentido de facilitar a citação, segui a numeração colocada a lápis, a mais recente e a que, apesar de tudo, apresenta maior coerência.

No verso dos documentos, como é hábito, somam-se, também, anotações arquivísticas de períodos distintos, onde constam, por exemplo, indicações sobre a origem do documento, comentários sobre a sua utilidade para a instituição, pequenos resumos, actualizações e correcções de certos dados neles contidos, entre outras observações, de valor e utilidade desigual, mas que não devem ser negligenciadas.

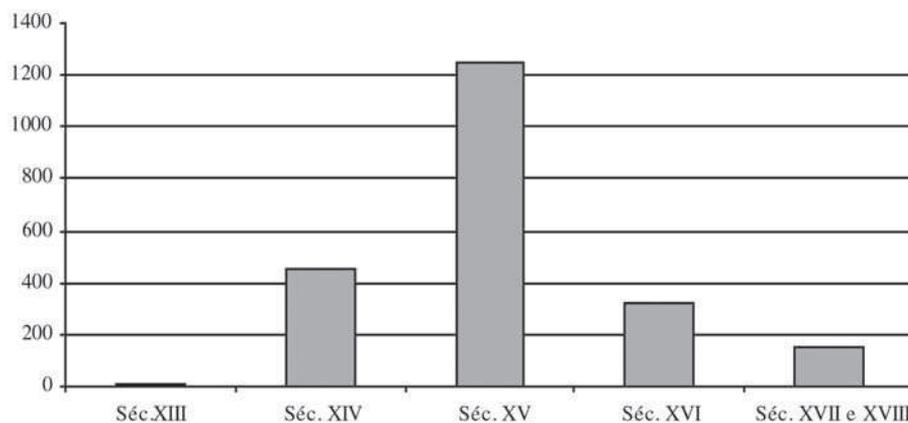
¹² Por exemplo, Pasta Cinco, doc. 105 e 110 (correspondem a cadernos relativos a bens do Mosteiro de S. Bento de Cástris).

¹³ Pasta Doze, docs. 1 a), b), c), d), e), f), e g).

¹⁴ Pasta Quatro, doc. 84.

conservação é, para o conjunto documental, pouco significativa, cerca de uma centena, que se apresentam com manchas, com cortes, com dobras e com outros “ruídos” que dificultam ou impedem mesmo totalmente a leitura. De qualquer modo, a generalidade da documentação, sobretudo a da segunda metade do século XV, apresenta-se bem conservada, com caligrafia de grande regularidade, mantendo, muitas vezes, ainda intactos os selos e outros sinais de validação. São, para além do seu valor histórico, peças de grande beleza, que podemos, ainda, manusear directamente, um privilégio concedido a quem vive em países sem meios para microfilmear ou passar para suporte digital os testemunhos do seu passado...

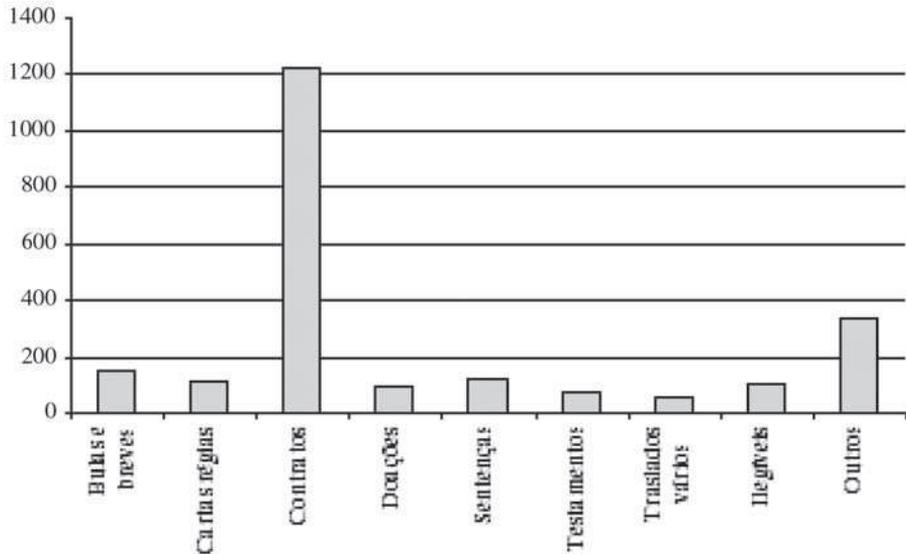
DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DA DOCUMENTAÇÃO



Muito embora a cronologia desta documentação seja ampla, distribuindo-se num arco temporal que vai dos finais do Século XIII até ao século XVIII, o grosso da documentação, cerca de 70%, concentra-se entre a segunda metade do século XIV e os finais da centúria de Quatrocentos. Os restantes períodos encontram-se relativamente pouco representados. Ainda assim, parece oportuno realçar a importância da documentação mais antiga, que, apesar de não ser muito abundante, pode fornecer contributos significativos para aclarar diversos aspectos da vida da cidade, numa cronologia relativamente mal conhecida, precisamente, pela escassez de fontes.

A tipologia documental não foge, em muito, ao que é comum nos espólios medievais oriundos dos cartórios das instituições religiosas. Os contratos relativos à propriedade imobiliária: empraçamentos, aforamentos, compras-vendas, “instrumentos de posse” e escambos são também aqui, de longe, o conjunto mais

TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS



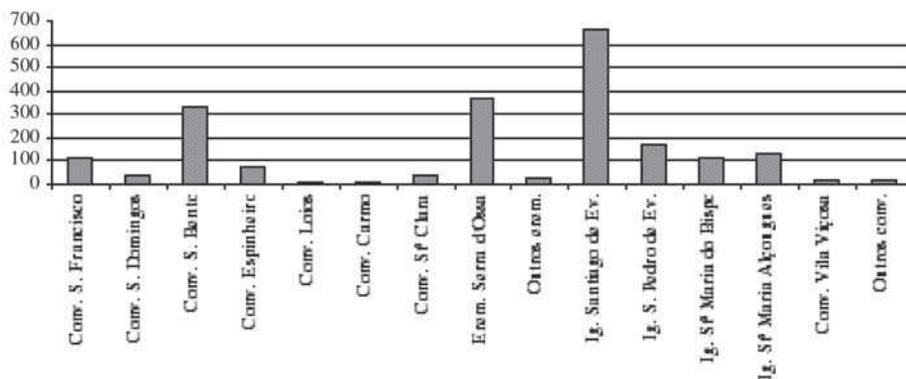
numeroso. Seguem-se-lhe as doações, testamentos (contendo, em alguns casos, compromissos de aniversários e capelas), e as sentenças, com os seus extensos róis de acusações, provas, contraprovas e testemunhas, recursos e apelações, cujos meandros dos contenciosos são, em alguns casos, para nós, pouco claros, mas cuja leitura é sempre compensadora pelas inúmeras e, por vezes, surpreendentes informações que fornecem. Contam-se, também, diversas Bulas e Breves e um número muito considerável de cartas régias, originais ou traslados coevos, em especial de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, na maioria das vezes concedendo ou confirmando mercês ou privilégios às diversas instituições.

Se exceptuarmos as cartas produzidas na Chancelaria Régia e na Cúria Pontifícia, a restante documentação notarial foi, em cerca de 75% dos casos, redigida em Évora, pelos tabeliães da cidade. No respeitante ao local de redacção, seguem-se-lhe Montemor-o-Novo, com mais de duas centenas e meia de documentos, e diversas outras vilas que gravitavam na área de influência da cidade: Estremoz, Evoramonte, Arraiolos, Vila Viçosa, Redondo, Pavia, Portel, Vimieiro, Avis, por exemplo. Surgem também, embora esporadicamente, documentos redigidos em outros locais: Lisboa, Santarém, Setúbal, Moura, Mourão, Beja, Portalegre ¹⁵, havendo a constatar, ainda, a existência de um carta redigida em Castela.

¹⁵ Detectou-se um único documento redigido nesta vila, cf., Pasta Dezassete, doc. 103.

Como seria de esperar, a maior parte desta documentação pertenceu às instituições religiosas de Évora, nomeadamente aos conventos e igrejas paroquiais.

NÚMERO DE DOCUMENTOS POR INSTITUIÇÃO



No que se refere às casas monásticas, a melhor representada é o Mosteiro de S. Bento de Castris, com mais de 300 pergaminhos, do século XIV ao XVI. Já para os Mosteiros de S. Domingos e S. Francisco, o número de pergaminhos é bastante menor. Integram-se quase todos numa única pasta, que agrupa, fundamentalmente, bulas, breves, cartas régias e sentenças, que concedem mercês e privilégios ou justificam judicialmente a posse de determinados bens ou direitos. Talvez por se considerar que estes documentos eram merecedores de um tratamento especial, a pasta foi, em data incerta, encadernada. É, ainda, possível encontrar documentos esporádicos de S. Francisco ou de S. Domingos, em outras pastas.

Para os Mosteiros de fundação medieval mais tardia, nomeadamente os de Santa Clara e de Santa Maria do Espinheiro, que se instalaram em Évora, na segunda metade do século XV, sob a égide do influente Bispo, D. Vasco Perdigão, o número de pergaminhos é bastante menor. Um facto que não é de estranhar, uma vez que grande parte da documentação, de qualquer um deles, é posterior ao século XVI, portanto, maioritariamente em papel, integrando-se, nos fundos documentais dos respectivos mosteiros ou nas colecções de códices também depositados na BPE. Embora não muito significativos em termos numéricos, os documentos de Santa Clara e de Santa Maria do Espinheiro, existentes na colecção de pergaminhos, revelam-se importantes, sobretudo, porque se reportam ao período fundacional das respectivas instituições. Permitem, por exemplo, compreender diversos aspectos da instalação ¹⁶ e até da própria edificação dos conventos,

¹⁶ Sobre a instalação deste convento e o apoio que lhe foi concedido pelo Bispo fundador, vejam-se, por exemplo, os seguintes documentos, BPE, *Pergaminhos Avusos*,

desvelando-nos processos de ocupação e organização do espaço, mais ou menos demorados, mais ou menos pacíficos, consoante os casos, mas sempre a provocar, como os dados contidos nos documentos deixam entrever, alterações profundas nos locais onde se implantam, seja na cidade ou na periferia, como se verificou com Santa Maria do Espinheiro. Na pasta deste último instituto, podem encontrar-se ainda verdadeiros “achados”, para os estudos de História da Arte. Constan, por exemplo, os contratos estabelecidos entre o Bispo Vasco Perdigão e o pintor Álvaro Gonçalves, para a decoração a fresco das igrejas e pintura dos retábulos desses dois conventos. Contratos surpreendentemente minuciosos, no que se refere a cumprimento de prazos e pagamentos, mas também na definição do perfil da obra artística que se pretendia ver realizada ¹⁷.

A representatividade documental de outros mosteiros, quer de Évora quer de outras localidades, é pouco significativa na colecção de Pergaminhos Avulsos ¹⁸. Detectaram-se alguns exemplares relativos aos conventos de Vila Viçosa e de S. Francisco de Estremoz e pouco mais ¹⁹.

De significativa importância, numérica e historiográfica, é o conjunto de Pergaminhos pertencentes aos eremitérios. Um tipo de instituto, ainda, relativamente pouco conhecido, para o qual a documentação em Portugal não abunda, ganhando, por isso, um relevo especial o espólio existente nesta colecção da BPE. As informações mais numerosas são relativas ao eremitério da Serra d’Ossa ²⁰, casa mãe de outros eremitérios que se instalaram no Sul de Portugal. Mas, quer nas pastas em que se inclui a documentação do Convento de S. Paulo da Serra d’Ossa, quer em outras, se podem também encontrar documentos de outras *Provencas*, como habitualmente eram designadas: é o caso do eremitério de Água dos Infantes de Portel ²¹, de Olivença ²², de Vale Bom, no termo de Vila Viçosa ²³.

Constam também alguns documentos relativos “aos homens da pobre vida” que se instalaram nas imediações da cidade de Évora, nomeadamente, os eremitérios de Santa Margarida do Aivado ²⁴ e de Montemuro ²⁵. Surgem ainda alguns

Pasta Doze, doc. n.º 2, n.º 32. Veja-se, também uma carta de D. Afonso V concedendo autorização para a compra de bens de raiz no valor de 3000 Dobras de ouro, Pasta Dez, doc. 2.

¹⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta Um, doc. n.º 48; pode ver-se também BPE, *Santa Catarina de Sena*, Livro 85, doc. 23.

¹⁸ Vd., gráfico: “Número de pergaminhos por instituição”.

¹⁹ Vd., Pastas Seis e Sete.

²⁰ *Loc. cit.*

²¹ Pasta Seis (S. Paulo de Portel, sem numeração).

²² Pasta Seis (S. Paulo de Vila Viçosa, sem numeração).

²³ *Loc. cit.*

²⁴ Pasta Sete, doc. 28, 57, por exemplo.

²⁵ Por exemplo, Pasta Seis (S. Paulo de Montemuro, sem numeração); Pasta Sete, doc. 6.

documentos pontuais, relativos aos oratórios femininos, sediados em Évora, as “mulheres pobres” ou emparedadas, como também eram designadas. Mulheres que viviam em isolamento e retiro espiritual, mas cujos contornos institucionais enquadradores são praticamente desconhecidos, em Portugal. Os pergaminhos de Évora têm, aliás, como o demonstra o artigo inserto neste tomo da *Lusitania Sacra* ²⁶, vindo a fornecer pistas importantes para a clarificação de alguns aspectos da sua organização e vivência.

Contudo, o conjunto de documentos numericamente mais significativo e relevante é oriundo das colegiadas. Trata-se, como se sabe, de igrejas paroquiais que, para além do prior, o responsável pela instituição, incluíam um corpo de clérigos, designados de raçoeiros ou beneficiados, e um conjunto de outros indivíduos a elas adscritos. Um tipo de instituição que não tem merecido grande atenção por parte dos historiadores que, no que se refere à História da igreja, têm estado bastante mais ocupados com os mosteiros. Instituições que, pela implantação territorial, pelas ligações a famílias da nobreza ou pela sua relevância cultural ou económica, por exemplo, têm sido objecto de abundantes estudos. O mesmo não se tem verificado com as Colegiadas e outras igrejas paroquiais. Só nos últimos anos, têm sido dadas a conhecer algumas delas. Das cerca de 160 colegiadas referidas por Oliveira Marques ²⁷, que para a sua identificação se baseou no célebre rol de 1320, pouco mais de uma dezena se encontra até ao momento estudada, pelo menos no que diz respeito a novas problemáticas ²⁸. As igrejas de Évora, cujo espólio é extremamente aliciante, esperam também os seus estudos. Os pergaminhos da BPE são, aliás, um bom exemplo do potencial historiográfico de que a documentação das colegiadas se pode revestir.

Antes de nos referirmos à documentação das igrejas de Évora, uma chamada de atenção para o facto de, entre os pergaminhos da BPE, se contarem algumas centenas de peças documentais relativas às igrejas de Montemor-o-Novo ²⁹, fornecendo

²⁶ Cf., João Luís Inglês Fontes, “Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV), pp. 39-61.

²⁷ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise do século XIV e XV*, vol. IV, da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1986, p. 221.

²⁸ Para uma panorâmica geral sobre o estado da investigação no que concerne às colegiadas e outras igrejas paroquiais, veja-se, Hermínia Vilar, “História da Igreja Medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000), in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14, 2001-2002, pp. 569-582.

²⁹ Vejam-se, especialmente, as Pastas Treze, Dezassete, Vinte, Vinte e Um, Vinte e Dois e Vinte e Três, todas elas com um número muito significativo de documentos de Montemor-o-Novo. Existem também documentos destas igrejas, na Pasta Quatro, doc. 23 a) e b); na Pasta Cinco, doc.16, na Pasta Nove, doc. 3, 49; na Pasta Dez, doc. 22; na Pasta Onze, doc. 1, 6, 12, 33, 42, 45, 51, 84, 97, 98, 99, 100; na Pasta Doze, doc. 17, 36, 43, 64, 65, 68, 71, 79, 80, 114; na Pasta Catorze, doc. 5, 24; na Pasta Quinze, doc. 1, 25, 52, 58, 61; na Pasta Dezasseis, doc.17,18,20,39,40,47,48,50 65,91,92, 93; na Pasta Vinte e Quatro, doc. 36, 43, 48, 76.

pistas para o estudo de diversos aspectos da vila, naquele período. Um contributo importante, se considerarmos que as fontes para Montemor medieval são relativamente pouco numerosas. Os documentos existentes dizem respeito às igrejas de Santa Maria da Vila e de Santa Maria do Bispo. Entre outros aspectos, contêm informes respeitantes aos moradores, bem como ao espaço urbano e ao termo. Incluiu-se neste espólio, por exemplo, uma carta de delimitação das paróquias da vila, um documento, que julgamos pouco comum, pelo menos para vilas de pequena e média dimensão, de grande interesse para os que estudam a história urbana e a evolução paroquial ³⁰.

De qualquer modo, é do espólio oriundo das igrejas de Évora que a colecção de Pergaminhos se mostra mais rica. Não de todas, já que das igrejas paroquiais de Santo Antoninho e S. Mamede o número de documentos é irrelevante, mas fundamentalmente das igrejas de Santiago e de S. Pedro. A igreja de Santiago é, claramente, a instituição melhor representada, com mais de 600 documentos, distribuídos por diversas pastas. Aliás, em quase todas elas se podem encontrar documentos desta instituição. Um volume documental bastante significativo, no panorama das igrejas em Portugal, para as quais, tanto quanto julgo, o número de documentos medievais, que chegaram até nós, quase nunca é tão abundante. Já no que se refere à Colegiada de S. Pedro, o número de pergaminhos é bastante mais reduzido, cerca de uma centena e meia, mas, ainda assim, contendo dados de particular relevância. Para referir um documento diferente dos até agora apresentados, gostaria de destacar que, na pasta de S. Pedro, se encontra um registo, a lembrar os livros de aniversários, com a indicação dos instituidores de capelas e aniversários com as respectivas datas de celebração, organizadas mês a mês. Um documento que nos vai deixando uma imagem dos múltiplos ofícios religiosos a cargo dos clérigos da instituição, mas que, ao identificar os indivíduos, permite uma leitura de âmbito social ³¹.

2. A documentação das colegiadas eborenses: uma fonte imprescindível para o conhecimento das “classes médias” urbanas medievais

É evidente que as possibilidades de trabalho com fontes oriundas das colegiadas são múltiplas. Fora do âmbito mais restrito da história religiosa, gostaríamos de destacar algumas vertentes de exploração, nas quais elas se podem revelar de particular interesse. Uma delas diz respeito ao contributo que a documentação em causa pode fornecer para o conhecimento da cidade e dos seus moradores dos séculos XIV e XV, muito especialmente, das respectivas paróquias, sob o ponto de vista urbanístico e sócio-económico. Note-se que as igrejas de Santiago e de S. Pedro eram sedes de freguesias que se inscreviam bem no coração da urbe, no interior

³⁰ Pasta Treze, doc. 50.

³¹ Cf. Pasta Catorze, doc. 33.

da cerca velha. Era aí que os clérigos ligados a estas instituições exerciam o seu *múnus* espiritual, prestando os diversos serviços religiosos à população. Era também dos seus fregueses que recebiam as dízimas, oblações e outras dádivas, entre as quais se incluíam numerosos bens materiais que permitiram a acumulação de patrimónios imobiliários que eram, no final da Idade Média, relativamente importantes³². Imóveis, maioritariamente urbanos e periurbanos, cuja descrição e dados de localização, fornecidos pelas fontes, nos vão permitindo ter uma leitura física da cidade e da sua imediata periferia.

Mas, não apenas a propriedade destas instituições era urbana. Também as pessoas que a ocupavam, exploravam, doavam ou transaccionavam eram cidadãos. Daí que os indivíduos, que as fontes, de qualquer uma destas instituições, nos vão revelando, sejam quase exclusivamente população urbana. Porque estamos a tratar de igrejas cujas paróquias integravam aquilo a que se pode considerar áreas nobres da cidade, que incluíam algumas das mais importantes artérias, não é de estranhar que encontremos abundantemente referenciados nesta documentação diversos membros da oligarquia urbana e muitos outros indivíduos de alguma importância social, que, pelo menos em alguns casos, aí teriam as suas residências. A título de exemplo, podem referir-se os Cogominhos, os Lobos, os Brandões, os Fuseiros, os D'Arca, os Varelas ou os Arnalhos.

Mas, entre os que agraciaram as igrejas, ou entre os simples foreiros dos seus bens, vamos encontrando muitos outros moradores da cidade. Um leque muito heterogéneo de indivíduos, sobretudo dos grupos intermédios da sociedade urbana, cujo viver quotidiano vamos pressentindo. Gente que desenvolve profissões diversificadas, algumas tipicamente cidadinas, que vive maioritariamente em casas térreas de duas divisões, casa dianteira e celeiro, a que pode acrescer um sobrado com uma ou duas câmaras, isto para os que habitam nas ruas mais importante ou nas praças. Gente que se envolve em pequenos ou grandes contenciosos, com os familiares, quase sempre a propósito da partilhas de bens, com vizinhos ou com os proprietários eminentes dos imóveis.

Vivendo na cidade, embrenhados nos mecanismos da economia urbana, estes homens e mulheres são por vezes arrastados nas conjunturas difíceis que atingiram a urbe. Aspectos que, sobretudo, a documentação de finais do século XIV, deixa pressentir. Mas, também a viuvez, a orfandade, ou outros factores, os levam a vender imóveis, a renunciar aos bens que traziam emprazados, por se mostrarem incapazes de cumprir as cláusulas contratuais³³, a contrair dívidas e, por vezes, a

³² As questões em torno da propriedade destas igrejas foram já objecto de abordagem, ainda que genérica, por Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1995, pp. 315-327.

³³ O número de cartas de encampação ou de renúncia é significativo, distribuindo-se não apenas em conjunturas de crise, mas ao longo de uma ampla cronologia. Um dado que aponta, desde logo, para uma utilização que designaríamos de regular deste mecanismo ao dispor dos foreiros.

verem-se envolvidos em processo judiciais, por não as poderem pagar. Em outros casos, as fontes permitem-nos acompanhar o enriquecimento de certos indivíduos, materializado na compra de inúmeros bens materiais. É, por exemplo, o caso de um João Touregão ³⁴ ou de um Afonso Brandão ³⁵, entre outros, que acumularam fortunas consideráveis. Na maioria das vezes, podemos encontrá-los na documentação porque, no fim da vida, se desfizeram de grande parte do património adquirido, deixando-o às igrejas, a troco de missas ou de um bom lugar de sepultura, de preferência perto do altar, numa última tentativa de ganhar o céu.

De tudo isto, as fontes nos dão testemunho, em alguns casos com bastante clareza. Como esta abordagem genérica pretende de alguma forma ilustrar, os fundos documentais das duas colegiadas revelam-se, de facto, incontornáveis para o estudo e caracterização não só do espaço físico da cidade e dos seus arredores, mas também dos diversos estratos da sociedade urbana eborense e das suas vivências.

Mas, várias outras vertentes são passíveis de abordagem a partir deste conjunto documental. Uma delas, de âmbito mais restrito, diz respeito ao estudo das próprias igrejas, sob o ponto de vista da sua organização e funcionamento interno e da composição social dos seus membros.

A esse nível, um dos primeiros aspectos que ressalta da leitura da documentação é que estes institutos tinham um funcionamento interno que se revela de alguma complexidade, com uma partilha nem sempre clara, nem pacífica, das funções religiosas e dos rendimentos, pelos indivíduos ligados à instituição. Para além dos membros, do prior e dos raçoeiros que compunham o colégio, estas igrejas incluíam também tesoureiros e capelães e ainda os clérigos substitutos, se assim podem ser designados, os “vigários do prior” e os ecónomos, que supriam, respectivamente, as faltas do prior e dos beneficiados ausentes, mediante o recebimento de parte das suas rações. As fontes vão-nos dando informações do modo de funcionamento das instituições, deixando pressentir algumas das tensões que as atravessavam.

Embora as informações sobre os membros do clero secular sejam fugidias, digamos assim, sob o ponto de vista da sua caracterização social, sendo difícil captar as suas origens, os seus percursos pessoais ou a sua formação, por exemplo, os tabeliães e escrivães mais zelosos, vão adiantando, por vezes, certas informações complementares, relativas aos indivíduos, que se revelam preciosas para a sua caracterização. Essas informações podem remeter para origens geográficas, para relações familiares ou clientelares, para outros cargos desempenhados pelo clérigo em causa ou, ainda, para a sua formação universitária. Uma análise deste tipo beneficia pelo facto de poder ser efectuada a partir de uma colecção, como a que temos vindo a analisar, que reúne documentos de diversas instituições, onde por vezes vemos aparecer os mesmos indivíduos em outros enquadramentos e prismas, assim se somando dados que permitem complementar a visão a eles respeitante.

³⁴ Pasta Quatro, doc. 83 e 84.

³⁵ Sobre a partilha de bens entre os seus herdeiros, pode ver-se, Pasta Treze, doc. 32, Pasta Dezanove, fls. 16, 16v.

Entre tantos outros aspectos que podiam ser referidos relativos à clerezia destas igrejas, que não cumpre agora desenvolver, talvez valha a pena realçar a proximidade destes indivíduos em relação à catedral eborense. Note-se que muitos dos clérigos de Santiago ou de S. Pedro eram também, simultaneamente, Bacharéis da Sé ou mesmo Cónegos. Este último caso verificava-se, sobretudo, no que se refere aos priores, quase todos cónegos ou dignitários da catedral. A acumulação beneficional, que de uma ou outra forma, acabava por ter reflexos no funcionamento das instituições, verificava-se também ao nível dos raçoeiros, que não raras vezes acumulavam benefícios em outras igrejas: de Évora, das vilas limítrofes ou mesmo de outras a distância considerável. Há ainda que referir que o “capital social” destes clérigos, isto é, a maior ou menor importância do seu círculo de relações sociais, era um factor condicionante da obtenção de lugares e da própria promoção na carreira. De facto, ser sobrinho, irmão, ou criado, por exemplo, de um Cónego da Sé, do Mestre-escola ou do Tesoureiro da Sé, como alguns casos concretos recolhidos nestas fontes permitem demonstrar, revelava-se essencial na obtenção de cargos, prebendas ou benefícios ³⁶.

A documentação revela-nos, igualmente, que o relacionamento entre as igrejas paroquiais e as outras instituições religiosas da cidade nem sempre era pacífico. Com efeito, entre as diversas instituições é possível detectar uma conflituosidade de contornos, por vezes, difíceis de clarificar, mas que, deve ser entendida no contexto urbano de uma cidade povoada de institutos religiosos que, por vezes, competiam entre eles, na recolha de dádivas e outros dividendos dos fiéis. A crer nos vestígios documentais, os conflitos mais significativos verificaram-se com as ordens mendicantes, em especial com S. Francisco, mas também com S. Domingos, em torno, por exemplo, do pagamento da *quarta funerária*, que as igrejas se consideravam no direito de receber de todos os seus fregueses, incluindo dos que se faziam sepultar nos conventos. Um facto demonstrativo da projecção que as ordens dos pregadores assumiam na cidade e da resistência que tal suscitava no seio do clero secular, levando à necessidade de intervenção das autoridades diocesanas e pontifícias ³⁷.

Como se procurou exemplificar, a documentação em causa espelha, pois, de uma forma muito clara, múltiplos aspectos da dinâmica urbana, que vai envolvendo as instituições e os indivíduos numa imbricada rede de inter-relações.

Estamos, pois, face a fontes que, pela sua proveniência diversa e pelo seu carácter multifacetado, podem, de facto, fornecer um contributo valioso para o conhecimento não apenas das diversas instituições religiosas, de onde a documentação é

³⁶ Por exemplo, diversos raçoeiros da igreja de S. Pedro mantinham relações de proximidade, de natureza familiar ou de dependência, com dignidades e cónegos da Sé. Era esse o caso, por exemplo, de um João Pires Trapeiro, sobrinho do Mestre-escola, de Estêvão Eanes, criado do Tesoureiro ou de um Diogo Dias, criado do cónego Vasco Gil. Veja-se, respectivamente, Pasta Três, n.º 54; Pasta Treze, n.º 78; Pasta Três, n.º 84.

³⁷ Por exemplo, Pasta Dois, S. Domingos, doc. 1, 4-4v, 8b. S. Francisco, doc. 8, 13, 16.

originária, mas também das comunidades urbanas mais vastas em que se inseriam, especialmente de Évora, como vimos, mas também, embora em menor escala, de Montemor-o-Novo e de outras comunidades urbanas do Sul.

De qualquer modo, esta colecção, algo *sui generis*, se retira vantagens pelo facto de reunir num único espólio uma boa parte da documentação medieval de instituições diversas, apresenta também óbices que decorrem da falta de coerência interna e da sua deficiente organização, que tornam pouco prática a consulta de mais de dois milhares de documentos avulsos, sem o apoio de bons instrumentos de pesquisa. Foi no sentido de facilitar essa tarefa, aos investigadores e ao público em geral, que a direcção do CIDEHUS/UE decidiu patrocinar a elaboração de um base de dados, ampla e flexível, relativa a este espólio, que se encontra em fase de conclusão, e que, tanto quanto se espera, constituirá um precioso auxiliar para todos os que quiserem debruçar-se sobre o seu estudo.

QUADRO I - PASTAS DE PERGAMINHOS

N.º	Pasta / Maço	Ilegíveis	Nº de peças
	Pastas Grandes		
1	Perg. Nossa Senhora do Espinheiro	2	72
2	Perg. S. Francisco e S. Domingos	4	101
3	Perg. Colegiada de S. Pedro de Évora	4	126
4	Perg. S. Bento (pasta 1)	3	148
5	Perg. S. Bento (pasta 2)	-	155
6	Perg. Conventos	2	89
7/8	Perg. S. Paulo da Serra d'Ossa	3	234*
9	Perg. Avulsos vários (Santiago) 50	2	52
10	Perg. Vários – avulsos -50	1	50
11	Perg. Avulsos vários 100	5	100
12	Perg. Avulsos vários 122	4	129
13	Perg. Avulsos vários 200	9	200
	Pastas Médias		
14	Perg. Avulsos Vários 41	3	41
15	Perg. Avulsos Vários 80	3	80
16	Perg. Avulsos Vários 98	7	98
17	Perg. Avulsos Vários 129	2	129
	Pastas Pequenas		
18	Perg. Avulsos vários 22	-	22
19	Maço 40 fls	-	**
20	Maço 70 Perg.	5	70
21	Perg. Vários 77	23	77
22	Pasta de 100 Perg.	6	100
23	Maço de 100 Perg.	2	100
24	Maço de 100 Perg. (igreja Santiago)	12	100
25	Perg. Avulsos 18	-	18
	Total	102	2291

(*) Só 131 são pergaminhos, os restantes são documentos em papel dos séculos XVII e XVIII

(**) Corresponde a um caderno de 40 fólios, com cerca de 60 contratos relativos à propriedade imobiliária e diversos outros documentos.